

FH lança nova versão do Proálcool

NOVA IORQUE — Uma nova versão do Proálcool, o programa federal de incentivo ao uso do álcool como combustível, será lançada nos próximos dias, sob o nome de Projeto de Energia Renovável. O plano, aprovado no sábado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, prevê três estímulos ao aumento do número de carros a álcool. Primeiro, o governo determinará que todos os novos veículos da frota da União sejam movidos a álcool e recomendará aos estados e municípios que façam o mesmo. Em segundo lugar, terão mais facilidades de pagamento os consumidores que entrarem em consórcios de carros a álcool, embora falte definir se o tempo de pagamento será maior ou se será reduzido o prazo para os que optarem por automóveis a gasolina. Terceira medida: garantir a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI) para motoristas de táxi que comprarem carros a álcool. A isenção, que hoje beneficia todos os taxistas, não abrangerá mais os automóveis a gasolina.

As novas medidas foram anunciadas ontem pela secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, Aspásia Camargo, que está em Nova Iorque para participar da sessão especial da ONU sobre meio ambiente, que vai avaliar os resultados, cinco anos depois da Rio-92, da Agenda 21, documento internacional que propõe medidas de melhoria da qualidade de vida no planeta. Segundo Aspásia, a indústria automobilística, que hoje produz apenas 1% de carros a álcool, já foi avisada das novas medidas de incentivo ao uso de combustíveis menos poluentes. "Haverá um *timing* para que todos se adaptem. Vamos atrás de todas as facilidades para as outras formas de combustível, in-

clusive madeira e óleo de dendê, por exemplo", disse a secretária. "Quem não tiver carro a álcool vai perder", completou. Atualmente, disse a secretária, a cota de carros a álcool rodando no país é de 5% do total de veículos.

O governo enviará ao Congresso, no segundo semestre, projeto de emenda constitucional que cria o chamado Fundo Verde ou Fundo Ambiental. Na prática, não vai apresentar nenhum imposto novo ou aumento de taxa, assegurou a secretária. A mudança incidirá sobre os chamados subsídios cruzados (destinados à produção de álcool e diesel), embutidos no preço final da gasolina, que acabarão e passarão a ter um só destino: o novo fundo, que financiará o programa de incentivo a combustíveis alternativos.

A emissão de gases na atmosfera — pela qual são responsáveis prin-

cipalmente os países industrializados e, portanto, ricos — será uma das preocupações que o governo brasileiro vai discutir hoje na abertura da sessão especial da ONU. Junto com a Alemanha, Cingapura e a África do Sul, o Brasil defenderá uma ação imediata e severa para frear a poluição. O presidente Fernando Henrique Cardoso pedirá a criação do Fundo de Compensação, mecanismo que cobra dos países poluidores taxas pela emissão de gases na atmosfera. Quem estiver com os índices acima das cotas pagará multas, revertidas para os programas de desenvolvimento sustentável dos países mais pobres. Fernando Henrique defenderá também a meta, proposta pela União Européia, de que os países desenvolvidos reduzam em 15%, até 2015, a emissão de gases poluentes, com punições para os que não cumprirem o acordo. (L.N.L.)

23/6/97
J.B.